

INFLAÇÃO RESIDUAL

Luiz Carlos Bresser-Pereira

IstoÉ-Senhor, 08.2.1989

O Plano Verão provavelmente será capaz de evitar por ora a ameaça da hiperinflação, mas é pouco provável que logre controlar definitivamente a inflação no país. O mais provável é que nos próximos meses a inflação volte a se acelerar para garantir a recomposição do equilíbrio básico dos preços relativos e assim resolver os conflitos distributivos definidos no dia do congelamento.

Um choque heterodoxo é uma forma administrativa de paralisar momentaneamente a reprodução da inflação passada no futuro. Entretanto, como consequência inerente ao próprio choque, resta uma inflação residual reprimida. Mesmo que os preços relativos estivessem razoavelmente equilibrados - como aconteceu com o Plano Verão e o Plano Cruzado e ao contrário do que ocorreu com o Plano Bresser - restarão desequilíbrios decorrentes (1) do caráter defasado dos reajustes de preços e (2) da necessidade de eliminar os sobrepreços existentes sobre as vendas a prazo.

Esses desequilíbrios, enquanto não resolvidos, constituem-se em pressões reprimidas de custos. Sua solução importa no aparecimento da inflação residual, na medida em que o governo não tem condições mínimas de informação e poder para reduzir e aumentar os preços de cada agente econômico de forma a restabelecer o perfeito equilíbrio dos preços relativos. O máximo que o governo pode fazer é autorizar aumento de preços para as empresas controladas cujos preços tenham ficado claramente defasados no dia do congelamento. Ora, ao autorizar esses ajustes de preços, a inflação necessariamente voltará a aparecer.

É por essa razão que impõe-se, em seguida, uma política fiscal e monetária muito rígida. Frequentemente esse tipo de política é chamada de "ortodoxa", para confrontá-la com o controle de administrativo de preços chamado de "heterodoxo".

Se o conceito do que é uma política econômica "ortodoxa" for tão amplo, nada tenho a objetar a ele. O que necessitamos, depois de um choque heterodoxo, é realmente uma política econômica ortodoxa ou convencional, entendida política

ortodoxa como aquela que busca controlar macroeconomicamente a economia via mercado. Esta política ortodoxa tanto poderá ser monetarista quanto keynesiana, tanto conservadora quanto progressista. Mas implicará necessariamente em promover um ajuste recessivo da economia, que elimine o déficit público e conduza aquelas empresas cujas margens ficaram excessivamente altas no dia do congelamento a baixá-las nos meses seguintes. Essa política "ortodoxa", via mercado, deverá ser complementada pelo controle "heterodoxo" dos preços dos setores oligopolísticos.

A eliminação do déficit público nessas condições é essencial, mesmo que não ocorra uma situação de excesso de demanda, como aconteceu com o Plano Cruzado, porque durante o período de altas taxas de inflação o governo perdeu credibilidade e o Estado, crédito. Nesses termos perdeu capacidade real de financiar seu déficit público, já que os títulos governamentais colocados no mercado passaram a ter o prazo de uma noite, a se constituir em operações de overnight, e a assumir, portanto, a condição de quase moeda.

Em uma situação como essa perde sentido a concepção keynesiana de realizar uma política fiscal expansiva, de déficit público, quando existe insuficiência de demanda. Mesmo nessas condições torna-se essencial, depois do congelamento, zerar o déficit público, já que qualquer déficit implicará em emissão de moeda ou de quase moeda, a qual sancionará imediatamente a inflação residual em curso, que aos poucos reassumirá seu caráter inercial.